



# Câmara Municipal de Votuporanga

*PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

## PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

**PARECER JURÍDICO Nº: 80**

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Votuporanga

**REFERENTE AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/2025**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a alteração do inciso IV do art. 152 da Resolução nº 5, de 8 de agosto de 2019- Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga.

**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4/2025- DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO INCISO IV DO ART. 152 DA RESOLUÇÃO Nº 5, DE 8 DE AGOSTO DE 2019- REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:

### I- DO RELATÓRIO

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.  
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.  
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<>>> DOCUMENTO OFICIAL <<<>>> DATA / HORA: 17/04/2025 15:07:23 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.  
CHAVE DE ACESSO: PROTM-121265-5J3V7W-7F0E2Q | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Resolução nº 4/2025, de autoria dos vereadores Wartão e Dr. Leandro, que ***“Dispõe sobre a alteração do inciso IV do art. 152 da Resolução nº 5, de 8 de agosto de 2019-Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga”***.

Conforme justificativa apresentada, o presente Projeto de Resolução tem por objetivo, a alteração do Regimento Interno da Câmara de Votuporanga, buscando aumentar o número de outorgas de honrarias, isto é, a concessão de título de Cidadão Votuporanguense ou insígnia de honra ao mérito à pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município, de duas para quatro vezes por legislatura para cada vereador.

Afirmam os vereadores que, o aumento do número de outorgas de honrarias por vereador contribuirá para que a Câmara Municipal se torne um espaço mais inclusivo e próximo da população, promovendo um sentimento de pertencimento e valorização, bem como para a construção de uma cultura de reconhecimento do trabalho realizado por cidadãos e organizações à nossa população votuporanguense, incentivando a continuidade de ações positivas.

A alteração fundamenta-se ainda em outros aspectos que visam, não apenas valorizar o trabalho dos representantes, mas também fortalecer a relação entre a Câmara e a comunidade, haja vista que a ampliação do número de honrarias permite que mais cidadãos e entidades que se destacam em suas áreas de atuação sejam reconhecidos, algo que estimulará a participação ativa da sociedade em



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

projetos e iniciativas que beneficiem toda coletividade, uma vez que o reconhecimento é um poderoso instrumento de motivação e incentivo.

Ademais, a entrega de honrarias é uma oportunidade para que os vereadores possam destacar ações e projetos que, muitas vezes, passam despercebidos, mas que têm um impacto significativo na vida da comunidade, algo essencial para a construção de uma democracia mais participativa e engajada.

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Resolução nº 4/2025, com a respectiva justificativa.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

### **II- DA ANÁLISE JURÍDICA**

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria cinge-se tão somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Inicialmente, conforme disposto na Lei Orgânica de Votuporanga, é de se notar que compete privativamente à Câmara Municipal, deliberar, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna:

***“Art. 20. À Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:***

***XIII - deliberar, mediante Resolução, sobre assunto da sua economia interna” (grifo nosso).***

De outro lado, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga, dispõe que:

***“Art. 154. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular assunto de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre sua Secretaria Administrativa, a Mesa e seus Vereadores.***

***Art. 155. Constitui matéria de projeto de resolução:***

*I - destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros;*

***II - Regimento Interno e suas alterações;***

*III - julgamento dos recursos de sua competência;*

*IV - concessão de licença ao Vereador;*

*V - organização dos serviços administrativos;*

*VI - proposição de ação direta de inconstitucionalidade;*

*VII - demais atos de sua economia interna;*

*VIII - constituição de Comissões Especiais; e*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*IX - criação, transformação ou extinção de cargos da Câmara Municipal.*

**Art. 156. Os projetos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do art. 155 são de iniciativa exclusiva da Mesa.**

**Art. 157. Respeitado o disposto no artigo anterior, a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, conforme dispõe este Regimento.”(grifo nosso).**

No caso em apreço, não há vício de competência legislativa, vez que o artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Votuporanga dispõe que a iniciativa dos projetos de resolução poderá ser dos Vereadores.

Quanto à espécie normativa, está de acordo com o artigo 40, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga:

**“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica”. (grifo nosso).**

Diante do exposto, é constitucional o aumento do número de outorgas de honorarias, devendo ser observados os princípios da moralidade, impessoalidade e finalidade pública.



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Recomenda-se, contudo, que o ato legislativo seja acompanhado de justificativa fundamentada, e que as homenagens sejam sempre motivadas por méritos objetivos e notórios, evitando-se o uso político e desvirtuado da medida.

Diante disso, o Projeto de Resolução nº 4/2025 é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente.

### **III- DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto acima, entende-se que o presente Projeto de Resolução nº 4/2025, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 16 de abril de 2025.

**ROSELAINE CORREIA**  
**Procuradora Legislativa**  
**OAB/SP 368.365**

